

A viagem do descobrimento: dois momentos, duas visões

MARIA LUIZA RITZEL REMÉDIOS¹
(Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

RESUMO: NESTE TEXTO, OBSERVA-SE O PERCURSO DA LITERATURA DE VIAGEM EM LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XX. PARA TAL, TOMARAM-SE OS TEXTOS DE PERO VAZ DE CAMINHA (A CARTA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL), PERO GANDAVO (TRATADO DA TERRA DO BRASIL E HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CRUZ) E EDUARDO BUENO (A VIAGEM DO DESCOBRIMENTO) RESPECTIVAMENTE DOS SÉCULOS XVI E XX. A LITERATURA CONCEBIDA POR CAMINHA E GANDAVO CONSTITUI-SE EM EXPRESSÃO TESTEMUNHAL IMEDIATA, REVELADA PELA INTENÇÃO DAQUELE QUE REGISTRA OS FATOS, POR ISSO PROVOCA GRANDE INTERESSE NOS LEITORES DO SÉCULO XX.

ABSTRACT: THIS TEXT FOCUSES ON THE ROUTES OF TRAVEL LITERATURE IN PORTUGUESE FROM THE 16TH TO THE 20TH CENTURY, THROUGH THE 16TH CENTURY WORKS OF PERO VAZ DE CAMINHA (LETTER FROM CAMINHA), PERO GANDAVO (TREATY OF THE LAND OF BRAZIL AND HISTORY OF THE PROVINCE OF SANTA CRUZ), AND A 20TH CENTURY'S BOOK BY EDUARDO BUENO (THE DISCOVERY VOYAGE). CAMINHA AND GANDAVO'S LITERATURE IS CONSTITUTED BY THE EXPRESSION OF AN IMMEDIATE TESTIMONY, REVEALED BY THE INTENTION OF WHO REGISTERS THE FACTS, WHICH PROVOKES THE CONTEMPORARY READERS' INTEREST.

PALAVRAS-CHAVE: LITERATURA DE VIAGEM – HISTÓRIA – SÉCULOS XVI E XX.
KEY-WORDS: TRAVEL LITERATURE – HISTORY – 16TH AND 20TH CENTURIES.

¹ Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da PUCRS. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Literaturas Lusófonas da mesma Instituição. Pesquisadora do CNPq.

I

Inventores da navegação no Atlântico e no Pacífico, nos séculos XV, XVI e XVII, os portugueses promoveram a ampliação dos limites geográficos do mundo. Seus esforços, suscitados pela ambição do domínio político e pela exploração comercial, enriquecidos pelo anseio do proselitismo religioso, levaram-nos a fazer de Lisboa a capital de um império ultramar, implantado em três continentes: África, Ásia e América. Esse império, construído a partir de uma política de “descoberta” e de salvação religiosa de outros povos, levou às Índias e à América “padres e não soldados, pesquisadores de língua e costumes estranhos, e não exterminadores de cultura pela via militar” (CORRÊA, 1997: 51). As razões que fizeram o Reino português ampliar seus limites e proceder, para isso, dessa maneira, são óbvias: sua pequena extensão territorial (cerca de noventa mil quilômetros quadrados); seu baixo índice populacional (menos de um milhão de habitantes); a necessidade de manter suas fronteiras livres das invasões; o desejo de enriquecimento da cultura portuguesa e europeia pelo conhecimento de novos mundos; e, principalmente, a difusão da cultura e da civilização portuguesas.

O momento histórico dos descobrimentos, como afirma Hernani Cidade, é “dominado pelo anseio, comum a todo o homem culto, de devassa de todos os aspectos do Universo – e, de entre eles, principalmente os da vida humana” (CIDADE, 1963: 142). Seguindo o caráter humanista do período, as viagens expansionistas dos navegadores portugueses deviam mais que descobrir terras, encontrar homens e revelar diferentes condições de vida humana. O Reino lusitano, sem condições de “conquistar”, como os espanhóis que arquitetaram sua exploração marítima “de forma militar, pois que saíam das guerras contra os mouros” (CORRÊA, 1997: 51), estruturou o seu império ultramarino, mantendo relações amigáveis com os povos “descobertos”, estabelecendo “pontos estratégicos para o comércio, pequenas colônias de caráter comercial, sempre amparados pelos representantes da Companhia de Jesus” (Id., *ibid.*: 51).

O descobrimento da América e do Brasil produziu não só o alargamento do espaço geográfico, mas também uma transformação radical nos meios de aquisição do conhecimento. Ao contrário do que acontecia até então, os estudiosos deixaram de buscar a “verdade” nos escritos da tradição, para procurá-la nas narrativas da “experiência direta” daqueles que “viram” o Novo

Mundo; que relatam as dificuldades das viagens, que descrevem a natureza e os costumes dos homens das terras descobertas. Leyla Perrone-Moisés (1997: 84) diz que, nesse período,

passa-se da fé ao saber, do conhecimento de tipo religioso ao conhecimento científico, uma ciência empírica fundada na experiência sensorial. Mas o conhecimento continua a ser adquirido no discurso, à medida em que o discurso dos Antigos e dos Padres da Igreja é substituído pela narrativa daqueles que tiveram a experiência dos países longínquos.

O resultado dessa situação é visível nos relatos dos descobridores, os quais, reunidos, constituem a literatura de expansão, vale dizer: conjunto de obras de cronistas, viajantes missionários, diplomatas e poetas que “desde o século XV até hoje têm como objeto territórios, povos e a ação de os incorporar à cultura portuguesa” (COELHO, 1960: 252). Essa literatura, expressão testemunhal imediata, revela-se pela intenção daquele que registra os fatos, por isso é vasta e variada, provocando grande interesse nos leitores do século XX. A viagem, motivo dessa produção literária dos séculos XVI e XVII, não se reduz ao deslocamento no tempo e no espaço, muito mais, ela é elemento fundamental de transformações do homem e do conhecimento.

Os primeiros documentos sobre as descobertas e os descobrimentos portugueses: o Roteiro de Vasco da Gama, de Álvaro Velho, a Carta do “achamento” do Brasil, de Pêro Vaz de Caminha e o Tratado da terra do Brasil – História da província Santa Cruz, de Pêro de Magalhães Gandavo, relatam os primeiros contatos com os habitantes das novas terras e os dois últimos constroem a imagem do Brasil como a terra paradisíaca, rica em terras e águas, minério intocados, fauna e flora exóticas. No final do século XVI, outros portugueses, José de Anchieta, Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Souza retomam a descrição do país e de seus habitantes. Esses jesuítas e colonizadores, em seus relatos, revelam o olhar interessado do “estrangeiro” na nova terra, o qual vê não só as belezas naturais do Brasil como os primeiros, mas também, as dificuldades de adaptação que são colocadas pela diferença cultural.

Nenhum desses textos pode ser considerado intencionalmente literário, diz Hernani Cidade (1963: 143), pois, segundo ele, foram escritos com intuítos

informativos. O primeiro texto, Roteiro de Vasco da Gama, constitui-se num diário, simples relatório de bordo, em que a viagem do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, descrita dia a dia, tem excepcional interesse de estudo pelos glossários de línguas da costa Malabar, incluídos pelo seu autor em apêndice, e por tratar-se de um primeiro contato com uma realidade fundamentalmente distinta da realidade portuguesa; o segundo, Carta do “achamento” do Brasil, aproxima-se estruturalmente do Roteiro, mostrando que, se Cabral “achou” a terra, coube a Pêro Vaz de Caminha revelá-la com perspicácia e argúcia, fixando sua flora, fauna e os indígenas com seus costumes e evidenciando o imaginário medieval, cristão e ocidental que se associa ao Brasil e, lentamente, passa a integrar o imaginário brasileiro; já os textos Tratado da terra do Brasil – História da província Santa Cruz, também são textos informativos sobre as vivências de Pero de Magalhães Gandavo no período em que esteve no Brasil. Em ambos os livros, Gandavo diz rapidamente

o descobrimento da terra, dá o nome dos primeiros donatários ou dos donatários vivos, fala em Thomé de Sousa a propósito da fundação da cidade do Salvador, de Fernão de Sá a propósito da guerra do Espírito Santo em que morreu, de Mem de Sá, quando conquistou o Rio [...]. As primeiras explorações da costa, as feitorias, séde do primitivo escambo, a tomada de posse às polegadas do território concedido às léguas. (ABREU, 1924: 17-24)

revelando uma inspiração utilitária que se une ao espírito “curioso, convicto de que sob a aparência das coisas se escondem mysterios” (Id., *ibid.*).

Interessam à leitura que se faz hoje, os relatos vivos e documentados da *Carta*, de Caminha, e do *Tratado* e da *História*, de Gandavo, os quais permitem que se estude particularmente a imagem do Brasil, associada ao país da aventura e da sensualidade, bem como a visão que os portugueses tinham do Brasil do século XVI. A *Carta de “achamento” do Brasil* é considerada, na cultura portuguesa, mais do que um documento oficial sobre o descobrimento das novas terras e do novo mundo que o homem português não está preparado para entender, um documento pessoal, pois endereçado ao Rei D. Manuel. Escrevendo a D. Manuel e, indiretamente, à comunidade portuguesa, Pêro Vaz de Caminha relata a dificuldade de enunciar esse mundo cujas gentes, atitudes e valores são tão diferentes daqueles do mundo europeu. As descrições

ou episódios narrados pelo produtor do texto revelam que o escrivão Pêro Vaz de Caminha tem amplo conhecimento de geografia, de botânica, de zoologia, de etnografia e, por isso, consegue imprimir credibilidade às informações dadas, tornando-se a *Carta* documento importante do ponto de vista histórico, geográfico e etnológico e, simultaneamente, um dos mais belos textos que a literatura dos descobrimentos produziu (PERRONE-MOISÉS, 1997: 89). Desse modo, o primeiro documento escrito sobre o Brasil combina de maneira muito feliz a verdade histórica, o inventário do que viu, com ao que o visto levou a imaginar. Consciente da inverossimilhança das suas verdades e das suas mensagens, Pero Vaz de Caminha afirma e reafirma que descreve o que os seus olhos viram, e aos leitores da carta resta apenas acreditar.

Pêro Magalhães de Gandavo, nos dois livros já referidos – *Tratado e História* –, apresenta-se como propagador da nova terra descoberta. Ao apontar a Colônia como paraíso, criava entre portugueses e o mundo europeu uma imagem positiva do Brasil sem deixar de apontar para a complexidade e diversidade dessa terra. As divergências e disparidades reveladas por esses narradores – quer de ordem temporal, quer de ordem histórica – circunscrevem a alteridade e mostram que o espaço histórico e cultural afeta a compreensão de outros espaços, sendo que os valores reunidos (descobertos) se incorporam aos processos de decomposição, de abandono, de disjunção.

II

No final do século XX e durante as festividades dos 500 anos do descobrimento do Brasil, Eduardo Bueno, jornalista, publica *A viagem do descobrimento* (BUENO, 1998), livro que reescreve a viagem de Cabral ao Brasil. Quer ele ser o escrivão da viagem, como Pero Vaz de Caminha o foi no século XVI.

A publicação desse livro atesta o interesse com que se estão observando os acontecimentos que levaram os portugueses a construírem um império ultramar. Também confirma o que Nelson Vieira apresenta no texto *Brasil-Portugal: a imagem recíproca* (o mito e a realidade na expressão literária) (VIEIRA, 1991): através das literaturas portuguesa e brasileira, o estudioso aponta não só as relações interculturais por meio de interpretações históricas e socioló-

gicas, como também discute os laços históricos que unem os dois países e o papel ativo que Portugal e as tradições portuguesas desempenharam no Brasil. A viagem exploratória que Nelson Vieira realiza através das imagens que cada uma das culturas formula (formulou) sobre a outra ao longo dos séculos, faz reconhecer que a fraternidade luso-brasileira está baseada numa distância e um desconhecimento mútuo.

Se considerarmos relativamente rara a presença do Brasil e dos brasileiros na literatura atual portuguesa, devemos admitir o mesmo depois de um estudo que procure avaliar o contrário, a presença de portugueses na literatura brasileira. Não podemos esquecer que personagens portuguesas aparecem em textos de literatos brasileiros, mas em geral são relegadas a um papel inferior. É o caso dos romances de Lima Barreto e Jorge Amado, por exemplo, que, ao mesmo tempo em que apontam, através de suas narrativas, as transformações sociais, políticas e históricas de suas épocas, registram o português com traços caricaturais: são os imigrantes, os comendadores, os burgueses novos-ricos que exemplificam as primeiras injustiças sociais.

Não é esse o caso do livro de Eduardo Bueno: aqui os portugueses são personagens importantes pois que responsáveis pela aventura marítima. De Pedro Álvares Cabral a Pero Vaz de Caminha, os portugueses representados não são relegados a um segundo plano, mas conduzem a estória e a história. A leitura do livro de Eduardo Bueno não nos permite classificá-lo, como fez a maior parte da crítica, como um texto não-ficcional, como texto histórico. Na verdade ainda que os fatos e as personagens representados tenham origem na História, elas são ficcionalizadas pelo autor e integram o relato cronológico dos eventos.

A narrativa *A viagem do descobrimento* prima pelo dom de sumariar do narrador onisciente, retrospectivo, distanciado dos fatos relatados, com juízo crítico já elaborado sobre a “viagem do descobrimento”. O olhar desse escritor, nada acrescenta ao fato viagem de Cabral, mas é um olhar diferente que se põe sobre a viagem do descobrimento. Seu olhar nada acrescenta, mas é um olhar diferente daquele que Caminha lançou sobre o Brasil, pois enquanto o narrador de Bueno vê o Brasil sob o signo da descoberta, mergulha no relato da grande aventura que foi a viagem de Cabral, associando essa aventura à História e ironicamente desmistificando a coragem e a bravura dos navegadores portugueses. Sua narrativa torna-se então diversa dos escritores do século XVI.

Carlos Reis (REIS & LOPES, 1987), em ensaio sobre o texto de Fernão Mendes Pinto – *Peregrinação* –, discute a proposição de Roland Barthes (1971) que aponta a aparente crise da mimese e da sua disponibilidade para representar outros sentidos que não aqueles que se podem ler imediatamente deduzidos da representação do real. O teórico português, através da *Peregrinação*, procura confirmar a pertinência das palavras de Roland Barthes, mostrando que nessa narrativa de viagem “o tempo histórico e o tempo humano encontram-se estreitamente associados; o tempo, do mesmo modo que a concepção do discurso como elemento fundamental da sua vivência, é entendido como ponto de partida para uma sedutora aventura da linguagem” (REIS & LOPES, 1987: 87).

Acompanhando a leitura de Carlos Reis, observa-se que, na literatura portuguesa de viagens do século XVI, revela-se a preocupação do narrador em mostrar o decurso de tempo fixado no discurso narrativo, que é “representação do tempo vivido e lugar de radicação de sentidos que transcendem a concepção puramente mimética da narrativa” (Id., *ibid.*: 88). Assim a literatura de viagem pode ser entendida como “a aventura da linguagem narrativa, por ser o relato de uma viagem que tem de fazer-se narrativa” (Id., *ibid.*: 88). Justifica-se, desse modo, portanto, a importância atribuída ao problema do tempo, que é “eixo e fator decisivo de enumeração do relato”.

Se a *Carta*, de Pêro Vaz de Caminha, as obras, de Pero de Magalhães Gandavo, e *A viagem do descobrimento*, de Eduardo Bueno, representam o tempo vivido e o tempo fixado no discurso, se elas recorrem a diferentes estratégias narrativas, pode-se dizer que se constituem “num discurso híbrido” que, semelhantemente ao diário, à autobiografia, à epistemologia, ao ensaio, apresenta procedimentos técnico-discursivos próprios que se projetam sobre uma narrativa. A condição híbrida da narrativa de viagem se prolonga segundo Carlos Reis, em funções culturais diversas:

por um lado, a narrativa de viagens é um discurso paracientífico, no sentido em que se relaciona com o conhecimento, com o progresso da ciência e com o descobrimento do novo (novos espaços, novas gentes, novas atitudes epistemológicas, etc.); por outro lado, a narrativa de viagens, por razões simultaneamente culturais e funcionais, freqüentemente incorpora procedimentos de proveniên-

cia estético-literária, em parte estimulados pela sua condição narrativa. (REIS & LOPES, 1987: 90)

De fato, se se considerarem os textos de Pêro Vaz de Caminha e de Pêro de Magalhães Gandavo, associados aos de Eduardo Bueno, observa-se que eles integram a informação (discurso para científico) e a imaginação que reforça os dados literários, caracterizando-se, então a narratividade² desses textos.

Tanto a Carta, de Pêro Vaz de Caminha, quanto o Tratado e a História, de Gandavo, são enunciados por um narrador que narra as histórias que viveu. Segundo G. Genette (s.d.), trata-se do narrador autodiegético, que tem uma visão retrospectiva dos fatos relatados, ainda que a distância entre esse narrador e o que narra, seja atenuada. Já em A viagem do descobrimento de Eduardo Bueno, o procedimento de relatar os fatos é diferente, pois esses fatos lhe foram contados, ou então, ele os leu em algum livro de História.

Diz Pêro Vaz de Caminha:

Sñor

posto queo capitam moor desta vossa frotae asy os outros capitaães screpuam avossa alteza anoua do achamento desta vossa terra noua que se ora neesta nauegaçam achou. nom leixarei tam bem de dar disso minha comta avossa alteza asy eu melhor poder ajmda que perao bem contar e falar o saiba pior que todos fazer./pero tome vossa alteza minha jnorâmçia por boa vomtade. aqual bem çerto crea q por afremosentar nem afear aja aquy de poer mais caaquilo qu vy e me pareço. (CORTESÃO, 1967: 154)³

2 Narratividade é o estado específico, são as qualidades intrínsecas do texto narrativo, apreendidos ao nível dos seus fundamentos semiodiscursivos, além, portanto, do estágio da análise superficial. É uma qualidade encontrada em textos narrativos de todas as épocas, propriedade não apenas dos textos literários, mas também daqueles textos não literários, sendo assim uma qualidade discursiva que é atualizada pelo processo de leitura (cf. REIS & LOPES, 1987: 265-275).

3 A adaptação do texto feita pelo mesmo autor: Senhor: Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que neta navegação agora se achou, não deixarei também de dar minha conta disso a Vossa Alteza, o melhor que eu puder, ainda que – para o bem contar e falar –, o saiba fazer pior que todos. Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar nem afear, não porei aqui mais daquilo que vi e me pareceu. (CORTESÃO, 1967: 221).

E Gandavo, no *Prólogo ao lector*, afirma:

Minha tenção não foi outra neste summario (discreto e curioso lector) senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundância da terra do Brasil, para que esta fama venha a notícia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhê-la para seu remédio: por que a mesma terra he tam natural e favoravel aos estranhos que atodos agazalha e convida com remedio por pobres e desamparados que sejam. E asi cada vez se vai fazendo mais prospera, e depois que as terras viçosas se forem povoando (que agora estão desertas por falta de gente) hão de se fazer nellas grossas fazendas como já estão feitas nas que possuem os moradores da terra, e também se espera desta provincia que por tempo floreja tanto na riqueza como as Antilhas de Castella por que he certo ser em si a terra mui rica e haver nella muitos metaes, os quaes ategora se não descobrem ou por não haver gente na terra para cometer esta empreza, ou tambem por negligencia dos moradores que se não querem dispor a esse trabalho: qual seja a causa por que o deixão de fazer não sei. (GANDAVO, 1924)

Os dois narradores marcam desde o início de seus relatos sua intenção de narrar a história do que vêem em seu todo e, para isso, privilegiam uma atitude descritiva que se alterna com a digressão. Essa, segundo Carlos Reis,

pode ser entendida como variação metonímica de narrativa de viagens: o sujeito em digressão física e geográfica transfere para o interior da sua capacidade de reflexão a dinâmica da viagem e empreende outra ‘viagem’: uma ‘viagem’ de natureza ideológica e de intenção didática, autorizada pela experiência adquirida e constituída por digressões intelectuais através de valores e de sentidos culturais descobertos a partir da primeira (e propriamente dita) viagem. (REIS & LOPES, 1987: 91)

Os textos examinados de Caminha, de Gandavo e de Bueno confirmam a articulação funcional e temática entre viagem e narrativa, entre o ver (ler) e o descrever o Brasil, procuram ser relatos de compreensão do Outro (Brasil), ao mesmo tempo que assumem tom narrativo quase épico quando estabelecem o diálogo entre História e ficção, isto é: entre os dados factuais da reali-

dade histórica e uma imaginação que a completa e supera (Id., *ibid.*: 92). Considerando esse diálogo, tanto a Carta quanto os textos de Gandavo e Bueno, podem ser discutidos a partir da proposta de Hayden White que diz que as narrativas são “verbal fictions, the contents of which are as much invented as found and the forms of which have more in common with their counterparts in literature than they have with those in the sciences.” (WHITE, 1987: 82 apud REIS & LOPES, 1987: 92).

Ao lado disso pode-se reconhecer os relatos que ora analisamos, como narrativas em que o discurso do tempo é, principalmente, um discurso pessoal, não é um simples relato informativo, objetivo, mas é a experiência vivenciada pelo autor textual, ou seja pelos produtores da Carta, do Tratado e da História, da Viagem. Desde a abertura dos textos, como já se viu, a intenção dos narradores fica muito explicitada: ao darem notícia da terra descoberta desenvolvem o mito edênico, ao apontarem o Brasil como o Paraíso Terreal desvelam um modo de interpretar-se a história, um efeito da história e um fator da história (HOLANDA, 1969). Os dois narradores seiscentistas deixam de lado o conteúdo puramente religioso do mito que, então, assinala com força a vida brasileira e marcam o discurso pessoal dos textos com o diálogo constante entre a imaginação e o que vêem. Com isso a narrativa enunciada, segundo Carlos Reis, “representa a natureza humana de quem viveu os fatos relatados [...] não de uma forma passiva, mas antes entendendo-se esses fatos como constantes transformações activamente inscritas no discurso narrativo.” (REIS & LOPES, 1987: 93). Desse modo, Caminha e Gandavo que viveram a experiência de “ver” e de “estar” na nova terra e que se transformaram no eu que enuncia o relato, acabam por subordinar

o tempo histórico de que foram testemunhas, a um tempo humano como diria Paul Ricoeur; esse tempo humano tem a dimensão dos [...] os anos passados, no duplo sentido que essa expressão pode envolver: passados porque esgotados já no presente da narração, passados também por terem sido vividos. (Id., *ibid.*: 93)

A Carta, os dois textos de Gandavo e a História da viagem de Bueno são, portanto, narrativas não apenas porque organizam a experiência e a memória de atividades humanas em forma narrativa, mas sobretudo porque são a versão da realidade do viajante-narrador, cujo olhar descobre naquilo que vê e

observa o OUTRO, vale dizer: “entidade distinta de quem observa, autônoma e baseada numa cultura específica” (Id., *ibid.*: 94) que ele “parece” entender se considerar os seus valores particulares. Os documentos são contrapontos do discurso que recupera a nação ao observá-la em sua totalidade, ao mesmo tempo que se auto-analisa e procura compreendê-la integralmente, seja ela histórica, seja ela ficção.

III

Os textos, cuja leitura destaca sua narratividade, revelaram-se aqui uma navegação textual que rompe os limites da literatura desse tempo, ao enunciarem um jogo de ecos culturais que constrói a imagem das terras descobertas como a do lugar edênico, do paraíso terreal. É lógico que desde o início esses textos estabelecem um pacto com o leitor, que se esclarece quando se os lê em diálogo com a História e a partir de um investimento num tempo português cujas contradições mais que verdades se assinalam.

O que se pretendeu mostrar é que essa História, transformada em discurso que a memória reconstrói, é tecida em termos de ficção, de tal modo que o narrador compõe um texto sobre a História de seu País, das viagens realizadas e das terras descobertas. Essa História se estabelece sem autoridade prévia, sem dogmatismos, sem verdades apriorísticas, sendo assinalada democraticamente na escrita, e tornando-se um dos primeiros paradigmas produtores da imagem mais consistente do Brasil, uma vez que os narradores escrevem o que viram, ainda que muitas vezes não enxerguem o visto, ou que, para descrevê-lo, tomem de empréstimo as narrativas medievais do Paraíso Terreal.

As descrições da Carta, do Tratado e da História que se aproximam da concepção de mundo medievalista tornaram-se produto de propaganda da terra descoberta principalmente para os seus prováveis ouvintes: os lavradores portugueses (HOLANDA, 1969). Diz Ivia Alves (1997: 4) que se a intenção primeira dos narradores da literatura produzida no século XVI foi de divulgar e propagar o país edênico, o paraíso terreal, isso serviu não apenas para o imigrante português, mas também contribuiu para construção do imaginário brasileiro.

Conclui-se, pois, que a concepção de mundo medievalista impregnou a

produção dos textos dos viajantes sobre o Brasil e que a visão desses narradores construiu a imagem positiva do País, que é desconstruída pelo texto irônico e parafrástico do século XX, a partir dos mesmos detalhes que se superpõem em mosaico e que tomam significados simbólicos que se tornam concretos no imaginário do homem do brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ABREU, C. de. Introdução. In: GANDAVO, Pero de M. Tratado da terra do Brasil – História da província de Santa Cruz. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924.
- ALVES, Ívia. A Promessa do Descobrimento do Brasil. In: CORRÊA, Alamir Aquino (Org.). Navegantes dos mares às letras: ideário da navegação na literatura portuguesa. Londrina: UEL, 1997.
- BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: _____ et al. Análise estrutural da narrativa. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BUENO, Eduardo. A viagem do descobrimento. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CIDADE, Hernani. A literatura portuguesa e a expansão ultramarina, v. I: séculos XV e XVI. Coimbra: Armênio Amado, 1963.
- COELHO, Jacinto Prado (Org.). Dicionário das literaturas portuguesa, brasileira e galega. Porto: Figueirinhas, 1960.
- CORRÊA, Alamir Aquino. A “relação” como gênero jornalístico na expansão ultramarina na Ásia. In: _____ (Org.). Navegantes dos mares às letras: ideário da navegação na literatura portuguesa. Londrina: UEL, 1997.
- CORTESÃO, Jaime. A carta de Pêro Vaz de Caminha. Lisboa: Portugália, 1967.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil e Historia da Província Santa Cruz. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924.
- GENETTE, Gerard. Discurso da narrativa. Lisboa: Vega, s.d.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do paraíso. São Paulo: Cia Editora Nacional; Edusp, 1969 (Brasiliana, v. 333).
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Verité et fiction dans les premières descriptions du Brésil*. In: SEIXO, Maria Alzira (Org.). A viagem na literatura: cursos da Arrábida. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina Macário. Dicionário de narratologia. Coimbra: Almedina, 1987.
- VIEIRA, Nelson. Brasil-Portugal: a imagem recíproca (o mito e a realidade na expressão literária). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério de Educação, 1991.